UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2023**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**NUTRIÇÃO (220)**
Disciplina	**2929 - ADMINISTRACAO E NUTRICAO EM SAUDE PUBLICA**
Turma	**NUI**
Local	**CEDETEG**

Carga Horária: **102**

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Saúde pública: contextualização histórica e sócio política brasileira, conceito e campo de atuação. Gestão do Sistema Único de Saúde: atribuições nas esferas de governo Municipal, Estadual e Federal. Administração de atividades ligadas à área de nutrição no sistema de saúde. Estrutura, financiamento e funcionamento dos serviços de saúde e realidade sanitária e social da população brasileira. Políticas e programas de alimentação e nutrição no Brasil. Correlação entre Políticas Públicas e Educação Ambiental. Inserção do nutricionista em equipes multidisciplinares de saúde em nível local, regional e central.

I. Objetivos

-Contextualizar o sistema de saúde brasileiro anterior ao Sistema Único de Saúde (SUS);
-Apresentar as legislações pertinentes à criação e organização do SUS;
-Explicitar a organização dos serviços de saúde nos níveis de assistência e as formas de financiamento do sistema de saúde;
-Conhecer os princípios da Estratégia Saúde da Família (ESF) e do trabalho das equipes multiprofissionais;
-Inserir conceitos de vigilância em saúde com foco na vigilância alimentar e nutricional da população;
-Discutir as atribuições e a inserção do nutricionista na área de saúde coletiva;
-Conhecer a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN);
-Identificar as principais pesquisas nacionais em saúde com ênfase no estado nutricional e na alimentação da população;
-Apresentar as principais ações, programas e estratégias dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome que dizem respeito à nutrição e a saúde pública.

II. Programa

1) Apresentação geral da disciplina e dos conteúdos a serem trabalhados
2) História do sistema de saúde brasileiro anterior ao SUS
3) Sistema Único de Saúde (SUS)
a) Legislação (Constituição Federal de 1988, Leis 8.080/90 e 8.142/90 e Decreto 7.508/11)
b) Princípios doutrinários e organizativos
4) Organização e oferta de serviços de saúde
a) Política Nacional de Atenção Básica
b) Atenção Primária à Saúde (APS)
c) Atenção secundária/média complexidade
d) Atenção terciária e hospitalar/alta complexidade
5) Financiamento do sistema de saúde
6) Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)
7) Vigilância em Saúde com ênfase na Vigilância Alimentar e Nutricional
8) Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)
9) Segurança Alimentar e Nutricional, DHAA e Soberania Alimentar
10) Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)
11) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
12) Pesquisas nacionais em saúde
a) Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)
b) Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)
13) Ações, Programas e Estratégias vinculados aos Ministérios da Saúde, Educação e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome que dizem respeito à nutrição e a saúde pública
a) Programa Academia de Saúde
b) Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB)
c) Prevenção e Controle de Agravos Nutricionais
•Deficiência de micronutrientes (Programa Nacional de Suplementação de Ferro, Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A e NutriSUS)
d) Estratégia Nacional para prevenção e atenção à obesidade infantil (PROTEJA)
e) Programa Bolsa Família
f) Promoção da Saúde e da Alimentação Adequada e Saudável
•Guias alimentares
g) Programa Saúde na Escola (PSE)
h) Programa Crescer Saudável

III. Metodologia de Ensino

-Aulas expositivas e dialogadas, com auxílio de recursos audiovisuais, quadro negro e plataformas digitais.
-Exposição de filmes e documentários relativos à saúde pública.

-Leituras individuais e em grupos seguidas de discussão de textos básicos da disciplina.
-Estudos dirigidos para facilitar a compreensão de conteúdos da disciplina.
-Palestras com nutricionistas e profissionais da área de saúde coletiva.

IV. Formas de Avaliação

-Envios de trabalhos e estudos dirigidos
-Avaliações semestrais
-Elaboração e apresentação de seminários
-Participação em discussões em sala de aula
RECUPERAÇÃO:
-Ao aluno que não atingir média igual a 7,0 (sete vírgula zero) ao final de cada semestre, será aplicada uma avaliação semestral substitutiva após o término dos conteúdos da disciplina. Será utilizada a melhor nota do aluno para fins de cadastro no sistema.

V. Bibliografia

Básica

ANDRADE, S. M. et al. (Organizadores). Bases da saúde coletiva. 2. ed. Londrina: Eduel, 2017.
ASSOCIACAO PAULISTA DE MEDICINA. SUS: o que você precisa saber sobre o sistema único de saúde. São Paulo: Atheneu, 2006.
BAGNI, U. V.; BARROS, D. C. Especificações de equipamentos antropométricos para estabelecimentos de saúde. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2011.
BERTOLLI FILHO, C. História da saúde pública no Brasil. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004. (História em movimento).
BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTRÖM, T. Epidemiologia básica. 2. ed. São Paulo: Gen, Santos, World Health Organization, 2010.
BRASIL. Ministério da Saúde. Princípios e diretrizes para a gestão do trabalho no SUS: (NOB/RHSUS). 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. (Série J. Cadernos).
_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Legislação do SUS. Brasília: CONASS, 2003.
FAGUNDES, A. A. et al. Vigilância alimentar e nutricional SISVAN: orientações básicas para a coleta, o processamento, a análise de dados e a informação em serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação no Brasil: documento elaborado para a visita ao Brasil do relator especial da comissão de direitos humanos da ONU sobre o direito à alimentação. Brasília: IPEA, 2002.
MALUF, R. S. Segurança alimentar e nutricional. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
STARFIELD, B. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002.
TADDEI, J. A.; LANG, R. M. F.; LONGO-SILVA, G.; TOLONI, M. H. A. (Ed.). Nutrição em Saúde Pública. 2. Ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2016.

Complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Caderno dos programas nacionais de suplementação de micronutrientes. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
_____. Ministério da Saúde. Caderno do gestor do PSE. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
_____. Ministério da Saúde. Guia para a organização da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Insegurança alimentar na atenção primária à saúde: manual de identificação dos domicílios e organização da rede. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Instrutivo da estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó – NutriSUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. PROTEJA: Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil: orientações técnicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
_____. Ministério da Saúde. Fascículo 4: protocolos de uso do guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar de crianças de 2 a 10 anos. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
_____. Ministério da Saúde. Fascículo 1 Protocolos de uso do guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar: bases teóricas e metodológicas e protocolo para a população adulta. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
_____. Ministério da Saúde. Fascículo 2 Protocolos de uso do Guia Alimentar para a população brasileira na orientação alimentar da população idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
_____. Ministério da Saúde. Fascículo 3 Protocolos de uso do Guia Alimentar para a população brasileira na orientação alimentar de

gestantes. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

_____. Resolução nº 20, de 02 de dezembro de 2020. Altera a Resolução/CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 dez. 2020.

_____. Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 mai. 2020.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Manual de apoio para atividades técnicas do nutricionista no âmbito do PNAE. Brasília: FNDE, 2018.

_____. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 set. 2017.

_____. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 set. 2017.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no Sistema Único de Saúde: manual de implementação. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 39).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional: conceitos Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. CONSEA, 2006.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Caderno de referência sobre alimentação escolar para estudantes com necessidades alimentares especiais. Brasília: FNDE, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional de saúde: 2019: atenção primária à saúde e informações antropométricas: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. Pesquisa nacional de saúde: 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. Pesquisa nacional de saúde: 2019: informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

RECINE, E.; CARVALHO, M. F. C.; LEÃO, M. O papel do nutricionista na atenção primária à saúde. 3. ed. Brasília: Conselho Federal de Nutricionistas, 2015.

SILVA, A. C. F., MOTTA, A. L. B., CASEMIRO, J. P. (Org). Alimentação e nutrição na atenção básica: reflexões cotidianas e contribuições para prática do cuidado [onine]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2021, 174 p.

3. Sites a serem consultados:

https://aps.saude.gov.br/ (Secretaria de Atenção Primária à Saúde)

https://www.unasus.gov.br/ (Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde)

https://www.fnde.gov.br/programas/pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar)

https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/ (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional)

http://www.conass.org.br/biblioteca/ (Conselho Nacional de Secretários de Saúde-CONASS)

www.cfn.org.br (Conselho Federal de Nutricionistas)

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude.html (Pesquisas Nacionais)

https://enani.nutricao.ufrj.br/ (ENANI – Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2023**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**NUTRIÇÃO (220)**
Disciplina	**2929 - ADMINISTRACAO E NUTRICAO EM SAUDE PUBLICA**
Turma	**NUI**
Local	**CEDETEG**

Carga Horária: **102**

PLANO DE ENSINO

APROVAÇÃO

	DENUT/G
Inspetoria:	Ata Departamental
Tp. Documento:	06/2023
Documento:	22/05/2023
Data:	